

MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DO
FORO DA COMARCA DE GUARULHOS – SP.

CEOS COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 02.899.027/0001-93, com sede na Avenida Salgado Filho, nº 1549, sala 13/B, Jardim Santa Mena, Guarulhos – SP – CEP 07115-000, **CEOS ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 07.270.822/0001-31, com sede na Avenida Salgado Filho, nº 1549, sala 12/A, Jardim Santa Mena, Guarulhos – SP – CEP 07115-000 e **CEOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 03.236.074/0001-10, com sede na Avenida Salgado Filho, nº 1549, sala 12/B, Jardim Santa Mena, Guarulhos – SP – CEP 07115-000, todas representadas por seus advogados signatários (instrumento procuratório anexo), com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, vêm requerer a sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, conforme plano a ser oportunamente apresentado, nos termos daquele diploma legal.

MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

DO LITISCONSÓRCIO ATIVO

As ora impetrantes são direcionadas para um negócio único, baseado em atividades complementares no campo da construção civil, verificando-se coincidência de sócios, de credores e de administração, de tal forma que fazem parte de um único Grupo Econômico – doravante denominado simplesmente **GRUPO CEOS**.

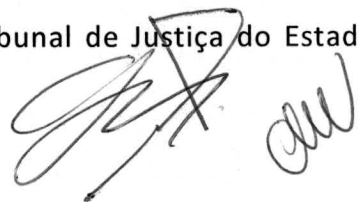
Em vista disso, e à luz do que prescreve o artigo 46 do Código de Processo Civil, justifica-se a formação do litisconsórcio ativo, inclusive porque a reestruturação econômica e financeira das sociedades deverá ser delineada em conjunto para que as medidas a serem tomadas se apresentem realmente eficientes para esse alcance.

É entendimento dos nossos doutrinadores, à larga, de que empresas que integrem o mesmo grupo econômico podem requerer a sua Recuperação Judicial conjunta, muito embora não haja expressa determinação legal nesse sentido.

Fábio Ulhoa Coelho (“Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas”, Ed. 2013, pág. 171, assim preleciona:

“A lei não cuida da hipótese, mas tem admitido o litisconsórcio ativo na recuperação, desde que as sociedades empresárias requerentes integrem o mesmo grupo econômico, de fato ou de direito, e atendam, obviamente, todas aos requisitos legais de acesso à medida judicial”.

Também é essa a inteligência que os nossos Tribunais vêm emprestando ao tema, valendo destacar os seguintes excertos jurisprudenciais, emanados da Câmara Especializada do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de



MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

São Paulo:

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade. Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores. Pedido formulado por três sociedades empresárias distintas, detidas direta ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estado diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico-financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido.

(TJ-SP - AI: 2811876620118260000 SP 0281187-66.2011.8.26.0000, Relator: **Pereira Calças**, Data de Julgamento: 26/06/2012, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 28/06/2012)

Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Duas empresas que constituem um grupo econômico de fato e familiar, instaladas no mesmo local, e com Plano de Recuperação Judicial já apresentado e que considerou as empresas como constituindo o Grupo Delta, com unificação de quadros e de todos os processos administrativos e industriais, prevendo-se, expressamente, na cláusula 10.3, que, nos termos do inciso II do art. 50 da Lei 11.101/05, no curso da recuperação judicial, sofrerão as empresas processo de fusão, com a possibilidade da cessão de cotas do capital social da empresa



MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

resultante do processo. Ademais, processamento em litisconsórcio ativo já deferido a mais de um ano. Agravo de instrumento provido.

(TJ-SP - AI: 990101887550 SP, Relator: Romeu Ricupero, Data de Julgamento: 19/10/2010, Câmara Reservada à Falência e Recuperação, Data de Publicação: 28/10/2010)

Como se pode notar, é perfeitamente cabível o requerimento conjunto da Recuperação Judicial das ora impetrantes, razão pela qual a presente medida, como ora requerido, deve ser processada de forma una.

DO FORO COMPETENTE

A sede estatutária das impetrantes fica localizada na Cidade de Guarulhos – SP – concentradas no mesmo endereço e apenas separadas por suas respectivas salas –, de onde emanam todas as diretrizes operacionais e local onde possuem maior volume de negócios, sendo inegável que é lá onde fica seu principal estabelecimento, conforme os ensinamentos de Fábio Ulhôa Coelho:

“Entende-se não a sede estatutária ou contratual da sociedade empresária devedora, a que vem mencionada no respectivo ato constitutivo, nem o estabelecimento maior física ou administrativamente falando. Principal estabelecimento, para fins de definição da competência para o direito falimentar, é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o mais importante do ponto de vista econômico.”

(Comentário à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, Editora Saraiva, 8ª edição, 2011, pág. 73)

Portanto, resta inquestionável a competência do Foro de Guarulhos - SP para julgar e processar o presente pedido de Recuperação Judicial,



MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

na forma prescrita no artigo 3º da Lei nº 11.101/2005, abaixo transcrito:

Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

HISTÓRIA DO GRUPO CEOS

As requerentes, integrantes do **Grupo CEOS** – **CEOS Comercial e Construtora Ltda.**, **CEOS Engenharia e Comércio Ltda.** e **CEOS Serviços de Engenharia Ltda.** –, foram constituídas a partir de 1999 e giravam com as razões sociais, respectivamente, de **AMAFI Comercial e Construtora Ltda.**, **Megadrill South America Engenharia e Comércio Ltda.** e **Flowtex Serviços de Engenharia Ltda.**, conforme se vê das anexas Fichas Cadastrais emitidas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Recentemente, os nomes das sociedades foram unificados, de tal forma que todos convergissem para a nova denominação social “**CEOS**”, dando conta da unicidade das empresas integrantes do grupo econômico em questão.

Todas as empresas dedicam-se ao ramo da construção civil, em todos os seus segmentos, tais como drenagens, saneamento, terraplenagem, pavimentação, assentamento de túneis, dutos, tubulação e caixas subterrâneas, limpeza urbana, captação e abastecimento de água, irrigação, execução de projetos correlatos, dentre várias outras atividades ligadas ao setor.

Inúmeras foram as obras executadas pelo **Grupo CEOS**, por todo o território brasileiro, podendo-se destacar as seguintes:



MARCONDES MACHADO

ADVOGADOS

- Sistema de Esgotamento Sanitário no município de São Francisco do Conde – BA – EMBASA;
- Sistema de Abastecimento de Água de Vitória – Cliente Cesan – ES;
- Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de São Luis – MA;
- Estação de Tratamento de Esgotos de Franco da Rocha - SP – Sistema de Esgotamento Sanitário SABESP;
- Execução do sistema de esgotamento sanitário do Município de Sepetiba – RJ;
- Sistema de esgotamento Sanitário nas Bacias do Anil e Vinhais no Estado do Maranhão – CAEMA;
- Implantação da Rodovia PI 248 – Estado do Piauí – Setrans;
- Contratação pela Petrobrás Petróleo Brasileiro S/A para execução de serviços de travessia especial no rio Piraque-Açu para passagem da linha tronco do gasoduto Cacimbas - Vitória;
- Serviços de execução de Travessias de Furo direcional pelo Método não destrutivo em rede de gás para as Obras dos Ramais Termoelétricos de Manaus – AM;
- Execução do serviço de travessia por Perfuração Direcional pelo Método não Destrutivo, sob Rio Itapemirim para o Projeto da PB Distribuidora – Contratante: Azevedo & Travasso Engenharia Ltda.;
- Serviços de elaboração do projeto executivo, e a execução de travessia sob o leito do Rio Carangola – Contratante: Anglo Ferrous Minas - Rio Mineração S.A.;
- Serviços de elaboração do projeto executivo, e a execução de travessia no cruzamento com a rodovia MG329 no Município de Piedade de Ponte Nova – MG – Contratante: Anglo Ferrous Minas - Rio Mineração S.A.

Como se pode notar, a maior parte das obras executadas pelas empresas do **Grupo CEOS** foram obtidas mediante a participação em licitações de obras públicas, especialmente, nos últimos anos, relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC implantado pelo Governo Federal.



MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

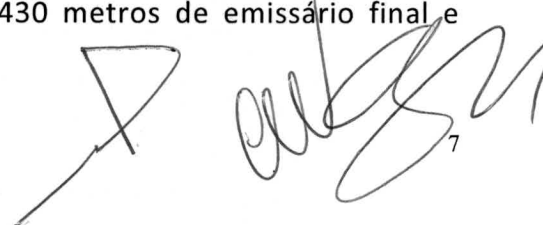
A dimensão de várias daquelas obras obrigou o **Grupo CEOS** a adquirir – inclusive no exterior – equipamentos compatíveis com a dimensão dos serviços a executar, particularmente aqueles utilizados para Perfuração Direcional, utilizados em canteiros diversos.

Dada a excelência dos serviços prestados, aliada à versatilidade apresentada, que possibilitava a execução de obras de todos os matizes, em qualquer localidade do Brasil, o **Grupo CEOS** experimentou gradativo crescimento, sendo reconhecido como um dos expoentes do ramo da construção civil, em suas diversas modalidades.

RAZÕES DA CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA

Alguns problemas, no entanto, vieram minar os sólidos alicerces financeiros em que se sustentava o **Grupo CEOS**, particularmente no que diz respeito aos constantes atrasos do setor público, não apenas com relação aos pagamentos, mas também às entregas de projetos para dar início à execução das obras, deixando inativos equipamentos, máquinas e pessoal especializado, e gerando altos custos sem a receita correspondente. Houve casos em que a liberação dos pagamentos deu-se após um ano da autorização para execução dos serviços e casos em que os créditos ainda não foram sequer liquidados.

Como exemplo, pode-se citar a obra contratada pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - Embasa para execução, por parte da requerente **CEOS Comercial e Construtora Ltda.**, da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de São Francisco do Conde – Salvador – BA. O contrato compreendia a execução de 5.000 metros de rede coletora convencional, 4.100 metros de ramais prediais, 4.100 ligações intradomiciliares, 1.000 metros de rede condominial, cinco estações elevatórias, 2.930 metros de linhas de recalque, uma estação de tratamento, com lagoa facultativa, 430 metros de emissário final e trabalho técnico social.



MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

O desenvolvimento daquela obra, que demandou altíssimos investimentos para contratação de funcionários, alocação de equipamentos e preparação do início dos trabalhos, teve o prazo de apresentação do projeto – que, na verdade, ainda estava sendo executado –, continuamente postergado pela própria Embasa, enquanto os custos da **CEOS** continuavam a se avolumar, gerando altíssimos prejuízos com os quais a empresa estatal não se dispunha a arcar.

Outros fatores também prejudicaram as operações do **Grupo CEOS**, como, a exemplo, a frequente redução no escopo original de contratos firmados, muito embora tivessem sido realizados grandes investimentos para atendimento dos serviços originalmente ajustados, inclusive com contratação de pessoal e sua subsequente demissão.

Todos esses problemas aglutinados levaram a um inevitável desequilíbrio financeiro, obrigando o Grupo a se socorrer de capital de terceiros, elevando sobremaneira a despesa financeira de cada uma das empresas integrantes do **Grupo CEOS**, de tal sorte a criar inevitável descompasso entre a receita e o volume de contas a pagar.

Por todas essas razões, o **Grupo CEOS** vê-se obrigado a enfrentar esse sério, embora transitório, descompasso financeiro, afigurando-se imperativa a adoção de um projeto de recuperação mais consistente, com medidas que permitam colocá-lo novamente no caminho do crescimento, em aproveitamento do gigantesco potencial dos seus negócios, até porque alguns credores mais afoitos já começam a cobrar seus créditos de maneira mais incisiva, colocando em risco a sobrevivência das sociedades.

Não veem as requerentes alternativa que não o imediato requerimento do presente processo de recuperação judicial, nos moldes da Lei nº 11.101/05, de sorte a poder propor aos seus credores plano de reorganização a

MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

ser oportunamente apresentado, na forma dos artigos 53 e seguintes daquela norma legal, colocando fim ao desassossego que a atual situação vem proporcionando.

Com o deferimento do processamento da presente medida e implantação de plano de recuperação que atenda aos interesses de todas as partes envolvidas, poderão as impetrantes retornar à normalidade dos seus negócios, salvaguardando não só a perpetuação do próprio **Grupo CEOS**, mas também os interesses dos seus empregados, credores e clientes.

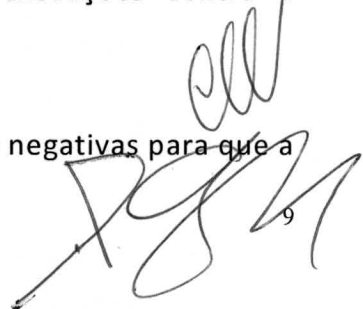
DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PELA LEI Nº 11.101/2005

As requerentes, integrantes do **Grupo CEOS**, satisfazem todas as condições elencadas no artigo 48 da Lei Nº 11.101/05, de tal maneira a merecerem o deferimento e a concessão do presente favor legal.

DO PEDIDO

Por todo o exposto, e uma vez cumpridas as exigências da Lei nº 11.101/05, é de se requerer, nos termos do artigo 52 do mesmo diploma, seja:

- a) deferido o processamento da Recuperação Judicial ora requerida;
- b) nomeado o competente Administrador Judicial;
- c) concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Plano de Recuperação;
- d) determinada a suspensão de todas as ações e execuções contra a recuperanda pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- e) determinada a dispensa de apresentação de certidões negativas para que a



MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

recuperanda exerça suas atividades;

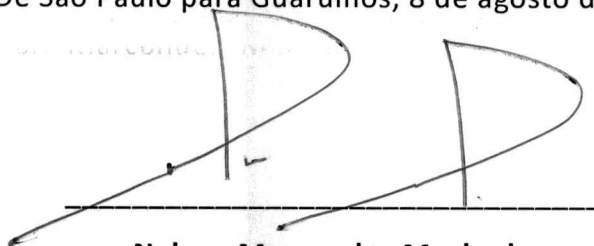
- f) vedada a venda ou retirada do estabelecimento da recuperanda de bens essenciais à sua atividade;
- g) ordenada a intimação do Ministério Público;
- h) determinada a publicação de edital para conhecimento dos credores, para que, querendo, apresentem suas habilitações e divergências de crédito;
- i) cumpridas as demais providências da Lei Falimentar;
- j) determinada a intimação de todos os atos do presente feito na pessoa dos advogados **Nelson Marcondes Machado** e **Guilherme Camará Moreira Marcondes Machado**, inscritos na OAB/SP, respectivamente, sob nºs 75.818 e 297.945, ambos com escritório na Av. Paulista, 1294, 9º andar, São Paulo, Capital, CEP 01310-915.

Dá-se ao presente pedido, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Termos em que,

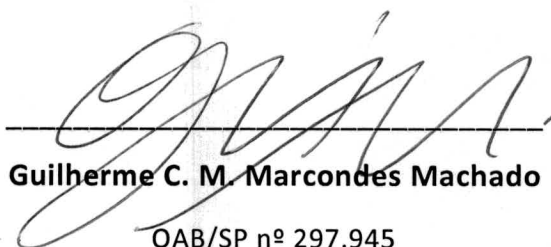
A. Deferimento.

De São Paulo para Guarulhos, 8 de agosto de 2014.



Nelson Marcondes Machado

OAB/SP nº 75.818

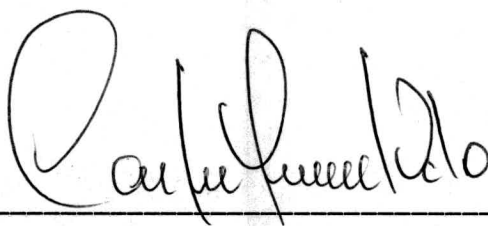


Guilherme C. M. Marcondes Machado

OAB/SP nº 297.945

MARCONDES MACHADO
ADVOGADOS

De acordo:



CEOS Comercial e Construtora Ltda.

CEOS Engenharia e Comércio Ltda.

CEOS Serviços de Engenharia Ltda.

Carlos Zveibil Neto

